

PILARES DA **ECONOMIA** DE **BAIXO CARBONO** PRECISAM SER CONSTRUÍDOS **COM MAIS RAPIDEZ**

Embora a rota que levará ao controle do aquecimento global já esteja sendo traçada por todos os atores envolvidos na pavimentação da economia de baixo carbono – como demonstram as tratativas negociadas na COP27, realizada em novembro último, no Egito –, a mobilização conjunta não minimiza outra demanda igualmente importante: a necessidade de intensificar as transformações que resultarão no objetivo almejado. “Ainda estamos bem longe da transição para uma economia de baixo carbono. Segundo as últimas projeções, considerando as políticas atuais e o atingimento de todos os compromissos empresariais assumidos até o momento, o aquecimento global será de 2,8 °C até o final do século. Ou seja, por mais que estejamos na direção certa, ainda nos falta acelerar o ritmo da transição”, constata Felipe Salgado, sócio-diretor da KPMG dedicado ao tema de descarbonização.

Salgado revela que o enfoque à descarbonização não é algo recente na KPMG. Há muitos anos, o portfólio inclui serviços de elaboração e verificação de inventários de gases de efeito estufa (GEE). “O fato é que, até pouco tempo atrás, poucas empresas possuíam iniciativas relacionadas ao tema que fossem além da contabilização e do reporte das emissões de suas atividades. Em 2020, a KPMG se reposicionou e ampliou o espectro de soluções voltadas a essa agenda tão importante. Com a evolução das discussões climáticas, a urgência para reverter o ritmo das emissões e limitar o aquecimento global a até 1,5 °C, associada à necessidade da adesão governamental e empresarial nesse movimento, estruturamos o Hub de Descarbonização, que nos possibilita atender a essa demanda crescente por soluções no tema, suportando nossos clientes com ainda mais qualidade, agilidade e conhecimento técnico de um time de especialistas”, resume sobre o trabalho que vem acompanhando os desdobramentos atuais.

Na entrevista a seguir, o executivo comenta como o setor empresarial avança na implantação prática das mudanças que levarão ao objetivo almejado e estende a análise ao posicionamento do Brasil no cenário global.

POR CAROLINE MARTIN
Especial para *O Papel*

“

O desafio atual do processo de transição está no mapeamento das oportunidades de redução que podem ser implantadas no curto prazo e na identificação de mecanismo de financiamento que possam contribuir com os investimentos necessários ao longo da jornada de descarbonização”

O Papel – Com base nos desdobramentos da COP27, o que você vislumbra para o cenário de curto prazo? O que prospecta para os próximos estágios desse contexto transitório que levará à economia de baixo carbono?

Felipe Salgado, sócio-diretor da KPMG dedicado ao tema de descarbonização – Mesmo sem conseguir evoluir muito em algumas agendas prioritárias, como a definição e implantação de mercado global de carbono, a COP mais uma vez serviu para colocar todos os holofotes sobre a necessidade de avançarmos na descarbonização da economia global. Um ponto que reforçou essa ideia foi a participação recorde das pessoas e delegações no evento realizado no Egito, quase 50 mil participantes, ultrapassando a COP26, na Escócia, em mais de 10 mil pessoas. Essa participação cada vez maior potencializa uma onda de conscientização e interesse, fazendo com que as discussões sobre aspectos climáticos não fiquem limitadas às grandes corporações, permeando empresas de todos os portes e setores. O tema principal da COP27, *Juntos para a implementação*, ficou muito claro para o setor empresarial. Nas conversas que tive com clientes nos últimos meses, o foco foi identificar como as empresas poderiam avançar no tema, discutir planos de descarbonização e oportunidades para implantação no curto prazo. A minha sensação é que demos um passo importante e as empresas não querem mais apenas definir suas metas para comunicar aos seus *stakeholders*. A necessidade de implementar ações concretas está bem clara para o setor empresarial.

O Papel – Na prática, como você avalia a conduta dos setores industriais brasileiros no que compete à gestão de carbono?

Salgado – O Brasil tem uma meta climática (Contribuição Nacionalmente Determinada ao Acordo de Paris – NDC) de reduzir em 37% as suas emissões até 2025 em relação aos níveis registrados em 2005 e atingir a neutralidade climática até 2050. Em maio de 2022, o Decreto 11.075 estipulou os procedimentos necessários para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e estabeleceu um prazo de 180 dias (prorrogáveis por mais 180 dias) para que cada setor definisse as suas metas de contribuição para o atendimento da NDC brasileira. Isso significa que os principais setores da economia brasileira precisarão apresentar suas propostas de redução de emissões de gases de efeito estufa até maio deste ano. A equipe da KPMG está em contato com alguns destes setores para auxiliar no estudo de suas emissões e na definição da jornada de descarbonização setorial. Com relação ao estágio de maturidade da agenda nos diferentes setores industriais, é notável que o Brasil possui situações variadas. Se fizermos uma análise média, temos na vanguarda da agenda de descarbonização setores como Siderurgia, Metalurgia, Agricultura, Construção e Transportes, que já tratam o tema de forma estruturada, buscando identificar oportunidades e tecnologias para a redução da pegada de carbono do negócio e, em alguns casos, se preparando para atender às regulamentações europeias para produtos importados ao bloco, como no caso do *Carbon Border Adjustments Mechanism* – CBAM). Na mineração e no setor

químico, temos algumas empresas como referência nessa agenda, mas o perfil médio ainda está em um estágio inicial de implantação dos aspectos de mudanças climáticas e descarbonização. O mesmo ocorre com os setores de petróleo e de gás, nos quais a agenda global está muito mais avançada em comparação às iniciativas implantadas pelas empresas no Brasil. Mas, antes de qualquer análise, é importante destacar que temos empresas em diferentes setores que se destacam, fazendo com que uma análise média não seja justa com quem está na vanguarda do movimento.

O Papel – Quais são os principais desafios encontrados nesse processo de transição? Você acredita que as empresas brasileiras têm as ferramentas apropriadas para superar tais gargalos e aproveitar também as oportunidades advindas desta meta global?

Salgado – As empresas brasileiras, quando comparadas às de outras economias, possuem uma certa vantagem na corrida pela descarbonização se considerarmos que a matriz energética brasileira é predominantemente proveniente de fontes renováveis. Porém, como é sabido, o Brasil se utiliza de termoelétricas movidas a óleo diesel, carvão mineral e gás natural para momentos de seca no regime hidrológico, elevando assim as emissões de gases de efeito estufa do sistema elétrico nacional. Assim, as empresas que de fato desejam estar comprometidas com a agenda climática não podem basear suas estratégias apenas no fato da matriz brasileira ser considerada limpa. O desafio atual do processo de transição está no mapeamento das oportunidades de redução que podem ser implan-

tadas no curto prazo e na identificação de mecanismo de financiamento que possam contribuir com os investimentos necessários ao longo da jornada de descarbonização. A fase de publicar compromissos sem apresentar robustez no detalhamento das ações que serão implantadas já passou. O mercado e os investidores não aceitam mais esse tipo de comprometimento vago. O que se espera no momento é ação, muito em linha com o que se discutiu na COP27. Com relação às ferramentas necessárias para esse processo de transição, entendo que o mercado brasileiro possui acesso às mais diversas tecnologias para contribuir com a descarbonização industrial. Além disso, já temos disponíveis no mercado financeiro uma série de instrumentos que podem auxiliar no financiamento dessa transição.

O Papel – Como você avalia o atual mercado brasileiro de carbono? O fato de ser um mercado voluntário traz certo atraso se pensarmos em um contexto global?

Salgado – Na minha visão, o mercado brasileiro evoluiu muito nos últimos anos e vem atraindo a atenção cada vez mais de *players* globais importantes. Projetos brasileiros, principalmente os de origem florestal e do bioma amazônico, têm enchido os olhos especialmente dos investidores estrangeiros. Se olharmos o volume comercializado, os números demonstram o quanto o Brasil vem ganhando espaço no cenário global. Em 2019, apenas 3% de todos os créditos vendidos no mercado voluntário global eram de origem brasileira, ao passo que, em 2021, esse número chegou a 12% e a expec-

**O MERCADO
BRASILEIRO
POSSUI ACESSO
ÀS MAIS DIVERSAS
TECNOLOGIAS PARA
CONTRIBUIR COM A
DESCARBONIZAÇÃO
INDUSTRIAL**

tativa é que essa participação ultrapasse os 35% em 2030. Mas nem tudo está caminhando bem. Ainda existem aspectos que precisamos evoluir com certa urgência, principalmente em quesitos relacionados à análise de documentação dos projetos registrados no País. Uma maior credibilidade nesses pontos irá atrair ainda mais investidores, ampliando a demanda por novos projetos e potencialmente gerando novas oportunidades de empregos. Diversas empresas têm nos procurado para entender melhor as oportunidades desse mercado e buscar orientações para não caírem nas ciladas desse setor. Por se tratar de um mercado ainda em construção, existe uma parcela de atores querendo capturar as oportunidades a qualquer custo, sem dar atenção aos mínimos padrões de *compliance* e *due-dilligence*, como os re-

queridos por setores já regulados. Nosso papel está em auxiliar os nossos clientes a identificarem essas situações e implantar medidas mitigadoras para minimizar os riscos. Nosso principal objetivo no mercado voluntário de carbono do Brasil é dar maior credibilidade, transparência e rastreabilidade aos créditos de carbono negociados, sem pretensão de atuar como desenvolvedores de projetos ou *traders* de créditos de carbono. Queremos auxiliar os desenvolvedores de projetos a capturar o máximo de oportunidades no mercado global, através de um maior rigor no processo de *due-dilligence* e com isso oferta de créditos mais confiáveis e de maior qualidade.

O Papel – Quais são as suas perspectivas a respeito do mercado regulado de carbono?

Salgado – Tivemos uma primeira sinalização do governo brasileiro com a aprovação do decreto 11.075/2022, que traz algumas definições necessárias ao mercado regulado e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que será a plataforma para registro das emissões, remoções e compensações de GEE no País. Com a mudança recente no governo, porém, tudo fica em aberto. Precisaremos aguardar um pouco mais para entender como o novo governo irá conduzir esse assunto tão importante.

O Papel – Quais são os principais aspectos do atual cenário que o fazem acreditar que teremos um futuro realmente engajado em pautas ESG, levando a um modelo econômico mais sustentável e que gere os impactos positivos que a sociedade atual precisa?

Salgado – As evoluções nas políticas globais, compromissos e regulamentações

ções, já há algum tempo, demonstram que estamos em uma jornada sem volta para as pautas relacionadas aos aspectos ESG. A inclusão da obrigatoriedade de informações relacionadas a essa agenda em padrões de relatórios dos mercados financeiros, como SEC e B3, é um exemplo desse avanço.

Os investidores estão cada vez mais interessados em investir em empresas que têm performance sólida em aspectos ESG. Já existem estudos e publicações que demonstram que essas empresas apresentam um melhor desempenho financeiro a longo prazo e estão menos suscetíveis a grandes oscilações em momentos de turbulência do mercado.

A governança corporativa também tem ganhado muito espaço na mídia nos últimos anos – casos de corrupção, desvios, falta de transparência e *compliance* têm escandalizado a todos. Garantir que as empresas estejam operando de forma ética e transparente é uma premissa para a sobrevivência dos negócios no longo prazo. Além disso, existe uma crescente consciência da sociedade sobre a importância de se considerar os impactos ambientais e sociais das atividades econômicas.

A consciência ambiental está aumentando devido a um maior conhecimento sobre as mudanças climáticas e suas consequências, associado a um crescente número de desastres naturais causados pela ação do homem. As pessoas também estão cada vez mais conscientes dos impactos sociais das atividades econômicas, como a desigualdade econômica e a exploração de trabalhadores.

GARANTIR QUE AS EMPRESAS ESTEJAM OPERANDO DE FORMA ÉTICA E TRANSPARENTE É UMA PREMISSA PARA A SOBREVIVÊNCIA DOS NEGÓCIOS NO LONGO PRAZO

O Papel – Nesse contexto transitório no qual os setores industriais e empresas estão inseridos, qual contribuição a KPMG pode oferecer tanto às que estão no início da jornada quanto àquelas que já apresentam certa maturidade no tema, mas buscam melhorias e atingimento de metas?

Salgado – A KPMG oferece uma gama muito ampla de serviços ESG para seus clientes, podendo suportar desde as etapas mais iniciais da implantação da agenda na gestão do negócio até soluções mais específicas para empresas mais evoluídas na agenda. Se formos

falar apenas das soluções de descarbonização, nosso time atua desde soluções iniciais, como a elaboração e verificação do inventário de emissões de GEE, nos quais as empresas conseguem identificar as principais fontes de emissões tanto em suas operações diretas quanto em atividades indiretas. Com base nesse levantamento, ofertamos aos nossos clientes um estudo de identificação das oportunidades de redução das emissões, considerando as melhores práticas do mercado e conhecimentos técnicos de nossa equipe. Essas oportunidades de redução possibilitam o desenho de um plano de implantação e a definição de metas e compromissos públicos. Nesse sentido, apoiamos os clientes na definição de metas baseadas na ciência, em linha com a iniciativa do *Science Based Targets Initiative* (SBTi). Para os clientes que já superaram essa fase inicial de definição de metas, identificação de oportunidades e reporte dos dados, ofertamos soluções mais específicas, como a elaboração (ou revisão crítica) do estudo de Pegada de Carbono, baseado nas metodologias de Análise de Ciclo de Vida (ACV), que visa identificar a intensidade carbônica de um determinado produto ou serviço. Também atuamos no mercado voluntário de carbono, com o objetivo principal de dar maior credibilidade e segurança aos compradores de créditos. Entendemos que a nossa expertise em *due-dilligence* agrega valor a esse mercado e entrega maior segurança a essas transações comerciais. Ainda atuamos na implantação de iniciativas de eficiência energética, que, para muitos clientes, representa um dos principais pilares para a redução das emissões de GEE, contemplando todas as etapas da jornada de descarbonização dos nossos clientes. ■